

LIÇÕES DA GREVE

Ricardo Antunes

“O orgulho é que produz o tirano; e quando tiver em vão acumulado excessos e imprudências, precipitar-se-á do fastígio de seu poder num abismo de males, de onde não mais poderá sair”.

O Coro, em Rei Édipo, Sófocles

Certa vez, tecendo considerações sobre um movimento grevista importante, disse um autor: o que é uma greve, senão uma pequena crise na sociedade capitalista? Essa frase, cuja validade universal pode ser discutida e questionada, é magnífica para ilustrar a recente greve dos petroleiros, que abalou o país por 31 dias, entre maio e junho deste ano. Isso porque ela nos permite desvendar tantos aspectos de um governo recém-eleito que contava, dado o monumental apoio de todos os grandes veículos de comunicação de massa, com a relativa ‘aceitação’ de parcela expressiva da chamada opinião pública.

A greve nacional dos petroleiros originou-se motivada por três elementos causais: primeiro, a enorme dilapidação salarial da categoria que vem amargando expressivo arrocho salarial, particularmente desde o governo Collor. Segundo, o cumprimento de um acordo anterior, aprovado pelo governo Itamar, com finalidade claramente politicista, para garantir um trânsito estável

para o seu herdeiro e, para corroborar a farsa, por este último rechaçado. É como se, cumprindo seu papel, de abrir bom e calmo caminho para o príncipe, pudesse ser rasgado como se fosse um bilhete travesso de uma criança que escreve um palavrão para sua professora. Terceiro: a necessidade de começar a se preparar para um embate que seria mais difícil, contra a privatização do monopólio estatal do petróleo, uma vez que os petroleiros tinham plena consciência da importância da preservação do papel público e estatal da Petrobrás.

Econômica na sua causação primeira, política na sua significação mais profunda; dotada de significativo apoio organizacional dos sindicatos estaduais e de uma entidade nacional - a Federação Única dos Petroleiros (FUP); defensiva na sua pauta de reivindicações e dotada de ofensividade na forma assumida pelo embate grevista, bem como pela contextualidade política em que ela se inseriu; dotada de enorme respaldo na base assalariada petroleira, causa primeira da radicali-

dade e longevidade assumidas pelo conflito; a greve encontrou, entretanto, no governo do Planalto uma prévia e arquitetada disposição para o pior e mais difícil dos confrontos.

FHC contra-atacou, com tal virulência que tornou-se possível vinculá-lo, numa das pontas, ao conservadorismo ‘nobre’ e truculento da ministra da Rainha, a senhora Thatcher (talvez buscando uma certa linhagem palaciana) e, na outra ponta, ao autocratismo do pequeno Bonaparte peruano, o Fujimori. Esta duplamente triste inspiração fez com que o governo FHC ‘recorresse’ ao Tribunal Superior do Trabalho, herança das mais nefastas do pior do Varguismo, tão criticadas pelos ‘liberais’ e, ao mesmo tempo tão citada como exemplo de justiça a ser cumprida, quando cumprí-la convém aos interesses da Ordem. E coube ao TST dar o ‘respaldo jurídico’ para que o governo militarizasse o confronto e o convertesse no primeiro embate decisivo para viabilizar o seu projeto. Era preciso quebrar os petroleiros - e, com eles, o novo sindicalismo - para passar sobre o

conjunto dos trabalhadores, o servil e submisso neoliberalismo dos trópicos. FHC usou o Tribunal quando quis e o desconsiderou, como no episódio da condenação de Humberto Lucena, quando isso foi necessário para garantir seu traço clientelista-pefelista. E tornou evidente, uma vez mais, a simbiose que une os 'dois poderes, um como núcleo e o outro como apêndice...

É verdade que os petroleiros sabiam que o governo FHC iria tratá-los de maneira dura; mas, acreditando na força e na solidariedade desta pujante categoria, ousaram cobrar de FHC um acordo assinado pelo governo que o pariu. A resposta foi, entretanto, muito mais virulenta.

A manipulação global foi monumental, não permitindo que a população pudesse discernir, com um mínimo de isenção e de informações, que qualquer regime minimamente democrático deve oferecer: era preciso impingir e inculcar, por todos os poros da 'sociedade civil', a tese do caráter antipopular da greve e, com isso, abrir caminho para desmontar a mais importante empresa estatal brasileira, resultado de décadas de luta e trabalho. Como a opinião pública é a opinião que se publica, da Globo ao mais reles programa de rádio, o tom era palacianamente uníssono. Chamou-se de corporativista um movimento que denunciava, em verdade, o verdadeiro corporativismo, vindo da Shell, Esso, Texaco etc, e dos seus representantes no aparelho de Estado, ou seja, o corporativismo do capital mundializado que quer, como na Argentina de Menen, apoderar-se do petróleo brasileiro. Chamou-se de 'extremado' um movimento que queria – e se contentava, ao menos nesta sua primeira fase – com um

simples cumprimento de um acordo com chancela presidencial. Pretendeu-se vender a imagem de uma categoria (em verdade solidária e combativa), como se fosse uma "massa de privilegiados", "dependentes e párias do Estado", omitindo-se a grande imprensa de dizer, salvo honrosas exceções, que o salário inicial de um petroleiro é algo em torno de 600 reais... e que a Petrobrás é uma empresa modelo, científica e tecnologicamente falando, apesar do constante sucateamento que o seu caráter público sofre deste estado todo privatizado. Em suma, tratou-se de uma campanha odienta, que fez o 'cordato' FHC (quando se trata de ouvir o ACM, o Roberto

Enquanto uma parcela do sindicalismo da CUT quis negociação e foi moderada em demasia, FHC respondeu com confrontação dura e militarizada. Atuou inspirado em ninguém menos que a dama de ferro...

Marinho, o PFL, o PPR, os grandes capitais, os grandes proprietários de terra etc) tornar-se mais duro que Figueiredo, o general da ditadura, quando em 1980 quebrou a memorável greve dos 41 dias, realizada pelos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista. Mais um dado para o polpudo currículo extra-acadêmico de FHC: foi mais rápido e mais inflexível que o general do SNI no trato de uma greve de trabalhadores.

Mas há, ainda, muitas outras lições a serem extraídas desta greve. O projeto neoliberal erigiu como seu maior inimigo o sindicalismo combativo e reivindicativo. Sua expectativa é instaurar,

mundialmente, o que chamei, no texto "Adeus ao Trabalho" (Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho - Ed. Cortez/Ed. Unicamp - 1995), de sindicalismo de envolvimento e cooptação, próprio do modelo toyotista, do chamado 'sindicalismo de empresa', aquele que pensa, labora e age exclusivamente para o capital. Ou esta alternativa, ou então restaria implementar o modelo (anti)sindical inglês, que quer destruir o sindicalismo imputando-lhe 'legalmente' multas monumentais, como forma de obstaculizar de fato o sindicalismo autônomo. Para preservar a todo custo a propriedade privada do capital, destrói-se a propriedade social do trabalho. Tendo a farsesca e mais que corrupta Força Sindical como aríete. E tem mais: o caminho contratualista, de tipo social democrático, ora mais negocial, ora mais 'conflitivo', mesmo nas suas variantes mais moderadas, também está em des-sintonia com a ordem do capital neoliberal dos nossos dias e tem sido por ele duramente reprimido. O que imaginar, então, de um sindicalismo classista, combativo, anticapitalista e socialista.

Esta contextualidade sindical contemporânea deve merecer uma aprofundada e densa discussão por parte do sindicalismo combativo do Brasil, que nos últimos anos, através de algumas de suas principais parcelas, acreditou em demasia no caminho participacionista e na via das negociações, e que imaginou que com FHC estas possibilidades estariam inclusive ampliadas. Enquanto uma parcela do sindicalismo da CUT quis negociação e foi moderada em demasia, FHC respondeu com confrontação dura e militarizada. Atuou inspirado em ninguém menos

que a dama de ferro...

FHC não conseguiu (e nem conseguirá) quebrar o nosso melhor sindicalismo. Mas o alertou para novos embates: a CUT precisa preparar-se melhor, capacitar-se mais, resgatar o que de melhor apresentou nos anos 80, quando lutava contra a ditadura, para enfrentar os embates mais difíceis e sutis da era nefasta, manipulatória, destrutiva e servil do neoliberalismo.

A greve dos petroleiros, dos 31 dias, entre maio e junho deste ano, mostrou coesão, solidariedade, força e combatividade. Foi (parcialmente) derrotada neste primeiro embate. Mas saberá extrair todas as lições dessa histórica greve. E abriu uma fenda na atual estrutura de poder vigente no país. Desnudou o verdadeiro significado do governo FHC. Mostrou um governo que ascendeu falando em social democracia e vem implementando, sem o aventureirismo de Collor, mas com 'competência' e 'racionalidade' burguesas, o mesmo projeto neoliberal do Fernando das Ala-

goas. FHC propugnava moderação e vociferou autocratismo e tirania; pregava equanimidade e mostrou-se muito servil para os proprietários do capital e bastante truculento para os que são possuidores do seu trabalho. Defendia o democratismo civil e curvou-se desde logo à tutela militar, indo aqui novamente muito além de Collor, que só ameaçou colocar os tanques nas refinarias.

FHC foi incapaz de negociar, sem recorrer ao poder muito mais que simbólico dos tanques e dos verdes, a pretexto de preservar o patrimônio que seu governo está dilapidando. Usou de uma herança arcaica, que diz respeito ao poder normativo da justiça do trabalho (em verdade, do capital) e desconsiderou um acordo formalmente lícito, feito entre as partes e envolvendo a própria Presidência da República. Parecia conciliador na aparência e, em verdade, tem se mostrado truculento na essência. Dócil e cordato para os interesses da Ordem e bravo e mesmo selvagem para os que vivem do

trabalho. Mas foi incapaz de impedir que uma pequena crise fosse instalada em seu projeto de dominação e que também o significado mais profundo de que seu governo deixasse a ser inicialmente desvendado por amplos contingentes que antes viam em FHC alguma positividade.

O que nos faz concluir, lembrando novamente os gregos: Tírsias, o sábio ancião, ao constatar as metamorfoses operadas pelos que galgam o poder e nele se chafurdam, disse, referindo-se à imprudência dos governantes: "...os tiranos adoram os proventos, por mais vergonhosos que sejam", (Antígona, Sófocles). Que triste lição, para o Planalto, da história da greve dos petroleiros...

Ricardo Antunes é Professor Livre-Docente em Sociologia do Trabalho junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e autor, entre outros livros, de "Adeus ao trabalho?" e "O Novo Sindicalismo no Brasil", ambos recém-publicados.

Lourival Ribeiro/Abril Imagens

